

O funcionário civil e os problemas de após-guerra

Á MEDIDA que, por um lado, as fôrças aliadas estreitam, nas frentes de batalha, o cerco em tórno do inimigo mortal, — tornando cada hora mais próximo e inevitável o arrasamento sem exemplo das máquinas de agressão e escravização de povos, montadas caprichosamente na Europa e na Ásia pelo nipo-nazismo militarista — as associações de classe e as elites intelectuais dos diversos países multiplicam, por outro lado, nas respectivas frentes internas, as discussões sôbre os angustiosos problemas do após-guerra: desmobilização; reconstrução material das cidades, instalações portuárias e fabris, estradas de ferro e obras de arte; readaptação social e profissional dos mutilados e nevrosados; estabelecimento de largos sistemas de assistência aos milhões de vítimas da guerra—crianças, velhos, viúvas—desamparados; reabsorção, na vida social e nas atividades de paz, de outros tantos milhões de indivíduos que passaram anos se especializando nas técnicas de combate; liquidação — em suma — das conseqüências residuais da segunda hecatombe do século.

São numerosos, instantes, tremendos, sem dúvida, os problemas novos e renovados com que êste agitado mundo terá que se defrontar imediatamente após a cessação da luta armada. Dêstes problemas, nenhum se avanta, em importância e complexidade, tanto para as gerações presentes como para as gerações vindouras, ao da reorganização social dos povos e dos países. Assim como o mundo emerso do montão de ruínas, a que a primeira guerra mundial reduziu a Europa, logo adquiriu fisionomia tão diferente da do mundo anterior a 1914, assim também será inevitável que a humanidade, ao sair desta segunda formidável prova de fogo e sangue, procure novas formas de reajustamento social, rompa com certos valores tornados obsoletos e tenda a incorporar aos seus hábitos dos tempos de paz algo da experiência que está acumulando e aperfeiçoando durante êstes anos tumultuosos de bombardeios e afundamentos, destruição em massa e extermínio cientificamente organizado.

E' por isso que os jornais estão consagrando espaço cada vez maior aos debates dos problemas de após-guerra. Os sociólogos, os pensadores políticos, os economistas, os financeiros, assim como os dirigentes dos povos — presidentes, ministros e seus estados-maiores —, ao aproximar-se a hora de terminação da luta, sentem-se como que mobilizados para a discussão dêsses problemas e tratam ativamente de organizar idéias em tórno dêles.

Se, mesmo antes da guerra, o funcionário público já desempenhava papel de tal relevância no mundo moderno, logo que for reiniciado, depois dela, o período de reconstrução — e, conseqüentemente, multiplicadas por dez, por cem e por mil as responsabilidades dos serviços públicos civis — aí, então, a tarefa do funcionário público, humilde e anônimo, pouco importa, passará a equi-parar-se, em importância, à tarefa atualmente desempenhada, nos campos de luta, pelos planejadores e executores dos ataques ao inimigo

Custa convencer, por certo, o grande público, amorfo, incoerente, quanto significa, para êle, que os serviços públicos em geral sejam confiados a homens progressivamente melhores, tanto do ponto de vista profissional, como do ponto de vista moral. A indiferença do público não deve constituir, entretanto, desencorajamento, nem impedir que a classe dos servidores do Estado submeta, a uma oportuna e profunda revisão, o conceito em que se tem a si mesma e, uma vez adquirida a consciência de suas tremendas responsabilidades novas, timbre em agir, nesta fase preparatória de reunião e crítica de idéias, bem como na fase posterior de aplicação e prática das mesmas, como verdadeira depositária e promotora do bem social.

Não lhe bastam, porém, ânimo forte e desejo de acertar. Os problemas que desafiam a sua inteligência e a capacidade de ação exigem, antes de tudo, competência especializada, muita competência.

No Estado Federal Brasileiro, cujos servidores ainda se ressentem, evidentemente, de carência de formação profissional consentânea às exigências da época, a análise realística das circunstâncias lhes impõe o duplo esforço de desempenharem heroicamente as suas atribuições e ainda procurarem, pelo estudo, suprir as deficiências de conhecimento técnico, acaso existentes. Cumprê não esquecer que, se a missão de traçar planos para a reconstrução social de após-guerra está naturalmente afeta aos indivíduos de cultura e intuição superiores, tudo quanto diz respeito à execução desses planos, à implantação de novos programas e à sustentação dos mesmos, mediante o trabalho de rotina, compete aos funcionários públicos civis. Quando se trata de medidas envolventes do interesse de milhões de pessoas, qualquer desvio ou erro de execução é susceptível de causar os maiores malefícios.

Agora mesmo, por exemplo, em face do encarecimento da vida determinado pelas exigências econômicas da guerra, está o Governo brasileiro a braços com o problema de reajustar os vencimentos de seus servidores. Dentre as muitas soluções possíveis, cabe-lhe identificar aquela que possa fazer o maior bem ao maior número, assim como evitar a todo preço as que, embora sedutoras pelo seu conteúdo lógico, ou pelo seu lastro doutrinário, beneficiem discriminadamente, ou deixem de ajustar-se às linhas vivas da realidade, geralmente tão complexa nesses domínios.

Êste exemplo serve para ilustrar o peso das responsabilidades dos técnicos e especialistas a serviço do Estado. Se êles não devem errar por desídia, falta de senso de responsabilidade ou de aplicação, também não podem errar por insuficiência de conhecimentos especializados. Tudo isso encarece a missão do funcionalismo civil, da qual os interesses de grupos cada vez maiores dependem cada vez mais.